



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

1ª VARA DO TRABALHO DE GUARAPARI

ATSum 0000828-34.2020.5.17.0151

RECLAMANTE: ANA JULIA DE OLIVEIRA DESTEFANI

RECLAMADO: PAULO ROBERTO COSTA GOMES 35644893634 E OUTROS (3)

EDITAL DE LEILÃO

O Excelentíssimo Juiz da 1ª Vara do Trabalho de Guarapari/ES, FAZ SABER que o leiloeiro designado, Sr. SUED PETER BASTOS DYNA, levará a público pregão, os bens abaixo relacionados, mediante as seguintes condições:

O leilão ocorrerá na modalidade ELETRÔNICA de alienação, no ambiente do site www.suedpeterleiloes.com.br, tendo sua **abertura no dia 01/06/2023 a partir das 16:00 horas e encerramento no dia 28/06/2023 às 16:00 horas.**

Para ofertar lances os interessados deverão se cadastrar previamente no site acima citado e encaminhar os documentos para análise e liberação do cadastro, ao leiloeiro, conforme as normas estabelecidas no site.

Serão admitidos lances com valor inferior ao da avaliação, desde que não seja considerado preço vil (50%) (Art. 891, caput e Parágrafo Único do CPC /2015).

O produto da alienação deverá ser pago pelo arrematante em até 24 horas a partir da data do encerramento do leilão, através de guia judicial vinculada ao processo, a qual será emitida pelo leiloeiro.

O arrematante pagará à vista, em até 24 horas a partir da data do encerramento do leilão, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, ao leiloeiro.

O leiloeiro prestará contas do leilão em até dois dias úteis subsequentes ao depósito do lance feito pelo arrematante, nos termos do art. 884, § V do CPC/2015.

Os lances serão preferencialmente pagos à vista.

Não havendo licitantes que ofertem o lance à vista, será admitido parcelamento nos termos do Art. 895, do CPC/2015.

Ficam cientes as partes de que, havendo acordo, pagamento ou adjudicação, que cancelem a realização do leilão já publicado, a comissão do leiloeiro ficará reduzida a 2,5% sobre o valor da avaliação do bem, ou, se esta for muito superior ao montante da dívida, sobre o valor desta última, com as despesas a cargo do executado, exceto no caso de adjudicação, hipótese em que o ônus será do exequente.

Quando se tratar de bens móveis, fica o leiloeiro autorizado a efetuar a remoção dos mesmos, respondendo, a partir da respectiva remoção, pelo encargo de fiel depositário. (Art. 740, § 2º CPC/2015 e Art. 159 CPC/2015).

O local para onde serão removidos os bens, bem como o valor que será cobrado pelo armazenamento, deverá ser imediatamente comunicado ao Juízo.

O pagamento dos valores devidos pelo armazenamento ficará a cargo do(a) Executado(a) (Art. 789-A, VIII, da CLT), exceto no caso de arrematação do(s) bem(ns), hipótese em que essa despesa será quitada com parte do valor arrecadado.

O(a) executado(a) não poderá impedir o leiloeiro e/ou seu representante legal de vistoriar e fotografar e, se entender necessário, remover os bens penhorados, ficando desde já, advertida de que a obstrução ou impedimento constitui crime, nos termos do artigo 330 do Código Penal.

O leiloeiro deverá informar imediatamente a este Juízo, por e-mail, eventual tentativa de obstrução do seu trabalho, a fim de que seja expedido, também de imediato, mandado judicial para que o Oficial de Justiça acompanhe o leiloeiro para dar cumprimento à remoção de bens, vistoria ou outra medida que seja necessária para viabilizar a hasta pública. No mandado constará a determinação para requisição de força policial, pelo Oficial de Justiça, caso entenda necessário.

Descrição do(s) bem(ns):

- 20 (vinte) mesas de madeira, com 54 cadeiras de madeira, sendo: 3 (três) mesas de 1,20m x 0,70m com 04 (quatro) cadeiras, cada, avaliado em R\$ 350,00 cada conjunto, subtotal: R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais); 13 mesas, de 0,80m x 0,80m, com duas mesas, cada, avaliadas em R\$ 220,00, cada conjunto, subtotal R\$ 2.860,00; 4 (quatro) mesas, de 1,37m x 0,70m, com 4 cadeiras, cada, avaliado cada conjunto em R\$ 450,00 (reais), subtotal de R\$ 1.800,00;

- 01 (um) Freezer vertical, marca/modelo Fricom/VCFC431L, em funcionamento, avaliado em R\$ 3.000,00 (três mil reais);

- 01 (uma) expositora vertical de bebidas, marca Gelopar, modelo GPTU-40, 414L, em funcionamento avaliado em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

Total da avaliação: R\$ 10.210,00 (dez mil e duzentos reais).

Localização do(s) bem(ns): AVENIDA BEIRA MAR, 2078, MONTE AGHÁ, PIUMA/ES - CEP 29285-000

Valor de Execução: R\$9.933,74

O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontrar(em), não cabendo à Justiça e/ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências para o transporte daquele(s) arrematados.

Em caso de arrematação, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável. (Art. 903, CPC/2015)

O prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação começará a contar após a assinatura do Auto pelo Leiloeiro, pelo Arrematante e pelo Juiz, independentemente de intimação.

A Arrematação é forma de aquisição originária, sobre a qual não deve recair qualquer dívida anterior, pois estas se subrogam no preço da arrematação. (Parágrafo único Art. 130 CTN e Art. 908, § 1º do CPC/2015)

Atendendo ao princípio da ampla publicidade (Art. 887, § 2º do CPC/2015) este edital será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), no sítio eletrônico do leiloeiro nomeado www.suedpeterleiloes.com.br e também afixado na sede do juízo.

Ficam: o(s) exequente(s), seu(sua) advogado(a) euder vasconcelos ambrosio pereira gomes (OAB: ES31545); o(s) executado(s) acima e seu (sua) advogado(a) giselle cristina pereira (OAB: ES36320), desde já, intimados da realização do leilão.

Caso algumas das partes se encontre em local incerto e não sabido, **ESTE EDITAL SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO** (Art. 889, Parágrafo único, CPC/2015).

GUARAPARI/ES, 10 de abril de 2023.

NEDIR VELEDA MORAES

Magistrado



Assinado eletronicamente por: NEDIR VELEDA MORAES - Juntado em: 10/04/2023 19:30:24 - 56e6eff
<https://pje.trt17.jus.br/pjekz/validacao/23041016320474400000029747217?instancia=1>
Número do processo: 0000828-34.2020.5.17.0151
Número do documento: 23041016320474400000029747217